



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

15/2025

PROPOSTA N.º

26/2025/DOM

Realizada em

02/07/2025

DELIBERAÇÃO N.º

432/2025

ASSUNTO:

CP 32/2024/DOM - EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES – PRAIENSE":
– **NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

CPREV 32A/2024/DOM - EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES – PRAIENSE":

– **ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR CRITÉRIOS MATERIAIS – CONSULTA PRÉVIA**

Por Deliberação da Câmara Municipal n.º 698/2024, de 11 de Dezembro, foi decidida a abertura de procedimento de contratação pública, com vista à realização da empreitada de "CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES - PRAIENSE" que adotou o tipo de Concurso Público, nos termos do artigo 19.º, alínea b) do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29/01, vulgarmente, designado por Código dos Contratos Públicos, (CCP), tendo por objeto a recuperação e reabilitação do Campo de Jogos e demais instalações, nomeadamente, balneários, bem como a execução de um conjunto de medidas que visam intervenções nas zonas exteriores.

No supra mencionado procedimento de contratação pública, por Concurso Público, não foi apresentada qualquer proposta, pelo que o procedimento ficou deserto, não havendo lugar à elaboração de quaisquer Relatórios.

Assim, face ao exposto, propõe-se:

a) A NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR, no âmbito do procedimento em epígrafe, nomeadamente, nos termos do artigo 26.º, n.º 1, alínea a) e n.º 3 do Programa do Concurso e ainda dos artigos 79.º, n.º 1, alínea a) e 80.º do CCP;

b) A ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, em função de critério material, ao abrigo do artigo 24.º, n.º 1, alínea a) do CCP, POR CONSULTA PRÉVIA, e nos termos que se seguem:

1. Considerando que se mantém a necessidade de proceder à execução da empreitada de "CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES - PRAIENSE", que tem por objeto a recuperação e reabilitação do Campo de Jogos e demais instalações, nomeadamente, balneários, bem como a execução de um conjunto de medidas que visam intervenções nas zonas exteriores.

Tudo conforme melhor resulta das peças do respectivo processo para as quais se remete.

2. A abertura de procedimento de contratação pública com fundamento na impossibilidade de satisfação da necessidade por via de recursos próprios da autarquia.
3. A abertura de procedimento **por Consulta Prévia, em função de critério material** para execução da empreitada “CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES - PRAIENSE”, uma vez que, em anterior concurso público não foram apresentadas quaisquer propostas, não foi alterado o presente convite, nem o presente caderno de encargos, em relação aos respectivos programa do concurso e caderno de encargos do anterior concurso público, nos termos do artigo 24.º, n.ºs 1, alínea a), 2 e 3 do Código dos Contratos Públicos (CCP). A opção por este tipo de procedimento, em detrimento do Ajuste Direto, decorrente da aplicação do artigo supra mencionado, deve-se à protecção do princípio da concorrência, conforme a jurisprudência do Tribunal de Contas sobre a necessidade de se proceder a mais do que um convite *“para se introduzir um mínimo de concorrência para melhor satisfação das necessidades públicas”* e às suas Recomendações nesse sentido.
4. A aprovação do convite, caderno de encargos e projeto, com o CPV 45200000 – 9 Obras de construção total ou parcial e de engenharia civil, nos termos do artigo 40.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2 do CCP, que vão ficar arquivados no Departamento de Obras Municipais.
5. A fixação do prazo para a **apresentação das propostas em 21 dias**.
6. A fixação do preço base em **899.987,70€** (Oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e sete euros e setenta cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (I.V.A) aplicável, com fundamento nos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
7. A não adjudicação por Lotes, nos termos da alínea a) e b) do nº 2 do artigo 46º-A do CCP, com o fundamento em que as prestações a abranger caso sejam separadas causam graves inconvenientes para a entidade adjudicante e com base em imperativos técnicos e funcionais, uma vez que a gestão de um único contrato revelar-se-á mais eficiente para a entidade adjudicante, no caso concreto. Qualquer divisão por Lotes que se poderia equacionar no âmbito da presente empreitada, é desde logo desaconselhada face ao teor do Parecer do ICNF, Refª.: S-027814/2024, de 22/08/2024, que refere que: “Durante a obra a circulação de maquinaria deve ser reduzida ao mínimo indispensável, e os acessos à área de construção devem ser utilizados de forma criteriosa, de modo a minimizar a intervenção na área envolvente.”
A área de implantação da obra é quase toda ocupada pelas intervenções no balneário e campo de jogos, com enorme percentagem para a intervenção no campo de jogos, pelo que, caso se constituíssem lotes, a execução dos trabalhos por exemplo do balneário, dado o diminuto espaço disponível, teria de se sujeitar a corredores de passagens no meio do lote referente ao campo de

jogos ou na área envolvente à intervenção, cuja utilização deve ser evitada, ou pelo menos, utilizada de forma criteriosa, na expressão do ICNF, o que não é compatível com os trabalhos da presente empreitada.

Desta feita, pouca ou nenhuma área fica disponível para a implantação de um estaleiro de obra, muito menos de vários.

Ainda em desfavor da contratação por Lotes, pesa o facto da área da intervenção da empreitada em causa estar inserida na área protegida do Estuário do Sado e incide numa zona com um único acesso de entrada e saída, de limitadas dimensões, que terá de se manter transitável durante todo o prazo de execução da obra.

Ora, estas circunstâncias aliadas: à limitação do espaço físico disponível, para implantação de diversos estaleiros de obra; e à necessidade de coordenação em fase de obra dos diversos empreiteiros para permitir a criação de corredores de circulação condicionada de veículos e de peões, desaconselham vivamente a existência de vários empreiteiros que resultaria da adjudicação por lotes.

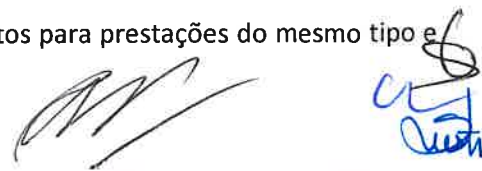
Para mais, a adjudicação por lotes, traduzir-se-ia num acentuado acréscimo de dificuldade técnica e logística na gestão da obra, resultante da referida colocação de vários estaleiros e coordenação das tarefas de cada empreiteiro com os demais, a fim de se assegurar, em simultâneo, as condições necessárias à implementação dos corredores de circulação condicionada, em área protegida do Estuário do Sado, com salvaguarda das condições de segurança, tanto para veículos como para peões e ainda para todos os meios humanos e equipamentos afectos à execução da empreitada.

Assim, entende-se, por um lado, que as prestações em causa sendo técnica ou funcionalmente cindíveis, a sua separação provocaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante e para a circulação rodoviária em segurança, quer de veículos, quer de peões.

Ainda, sempre se dirá que em desfavor da contratação por lotes, está também o custo global da empreitada, uma vez que, caso contrário, não se beneficiaria da redução de preços decorrente da economia de escala, que no valor da empreitada em causa já será relevante.

Em síntese, a separação das prestações objecto do contrato de empreitada em causa, para além de causar graves inconvenientes à entidade adjudicante ainda é inaceitável, porque, no caso concreto, face aos motivos técnicos e funcionais acima mencionados, a gestão de um único contrato revela-se seguramente mais eficiente na execução dos trabalhos da empreitada em questão, para além de ser aquela que melhor cumpre os níveis de segurança exigíveis e a que menos danos provocará na área protegida do Estuário do Sado.

8. Considerar que o preço de uma proposta é anormalmente baixo, quando seja 30% ou mais inferior ao preço base, nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do CCP. A fixação do critério mencionado, tem por referência os preços médios obtidos em anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo e



assenta na circunstância de se considerar que as propostas naquelas condições, são altamente suscetíveis de se tornarem inexequíveis, por se situarem abaixo dos atuais preços de mercado.

À data, é do conhecimento geral o aumento do preço das matérias primas fundamentais para o mercado de construção civil e obras públicas aplicável à obra em referência, que alguns destes materiais são fabricados fora do País e poderão também estar dependentes de dificuldades logísticas de armazenamento e transporte. Sabendo-se, também, que a oscilação do preço dos combustíveis tem um peso real nos custos fixos das empreitadas, nomeadamente, nos equipamentos que serão utilizados em obra.

Ainda que à data os preços do projetista tenham previsto margens de risco e possibilidade de algum desvio percentual em relação aos preços das propostas que venham a ser admitidas e que os mesmos considerem, designadamente, os preços médios do mercado para este tipo de empreitadas. Assim, considera-se que o preço de uma proposta é anormalmente baixo, quando seja 30% ou mais inferior ao preço base.

9. A fixação do prazo máximo de execução da empreitada em 150 dias.

10. A fixação do critério de adjudicação, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP:

- proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifactor, de acordo com a qual o critério de adjudicação é composto pelos seguintes fatores e valorização, relacionados com a execução do contrato:
 - Preço da Proposta (PPROP) - 60%; e
 - Prazo da Proposta (PZPROP) – 40%
- A Classificação Final (CF), atribuída a cada concorrente, decorre da seguinte fórmula:

CF = 60% do PP + 40% do PPZ

Em que:

Preço da Proposta – PPROP;

Prazo da Proposta – PZPROP;

Preço Base - PB;

Prazo Base – PZB;

Pontuação do Preço – PP;

Pontuação do Prazo – PPZ; e

Classificação Final – CF.

- Avaliação do factor “preço da proposta”.

A pontuação será de 0 a 100, calculada com base na seguinte fórmula:

Pontuação do Preço - (PP) = (PB-PPROP):PB x 100

- Avaliação do factor “prazo da proposta”.



i. A pontuação será de 0 a 100, calculada com base na seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação do Prazo - (PPZ)} = (\text{PZB-PZPROP}) : \text{PZB} \times 100$$

ii. A proposta de prazo de execução inferior a 120 dias será obrigatoriamente fundamentada com a respectiva justificação técnica, em termos precisos e claros, indicando, com pormenor, todos os recursos e meios humanos, equipamentos, materiais e técnicas utilizadas, tendo em vista a apreciação da sua exequibilidade.

11. O critério de desempate na avaliação das propostas, nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP:

- Primeiro - No caso de duas ou mais propostas obterem a mesma classificação final, o critério de desempate será, primeiro, o preço mais baixo e, segundo, o menor prazo de execução.
- Segundo - Ainda assim, mantendo-se a situação de empate é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a efetuar pelo júri do procedimento, notificando-se os concorrentes para o efeito.

12. A fixação em 5 (cinco) dias para pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do disposto no art.º 147.º do CCP.

13. A designação do Júri, nos termos do artigo 67.º do CCP, subscrevendo-se as declarações previstas no n.º 5 do mesmo artigo, de acordo com o modelo anexo XIII do CCP:

Efetivos:

- Presidente – Eng.ª Lénia Guerreiro;
- Eng.º José Amaro;
- Dr.ª Susana Santos

Suplentes:

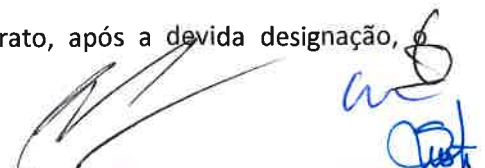
- Dra. Margarida Sousa;
- Eng.º Frederico Fernandes.

14. Que sejam convidadas as seguintes empresas, que deverão comprovar as habilitações legais e alvarás válidos, com as seguintes autorizações: 1ª Subcategoria da 1.ª Categoria, em classe que cubra o valor global de proposta:

- ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA. – NIPC: 500563993
- CORDIVIAS – ENGENHARIA, LDA. – NIPC: 505563746
- MANTEIVIAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. – NIPC: 507200420

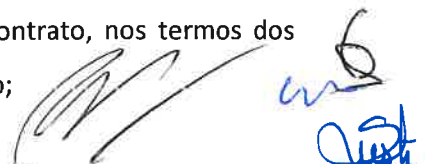
15. A designação do Sr. Eng.º José Carlos Amaro, Chefe da Divisão de Concursos, Projetos e Empreitadas, como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

Sendo necessário proceder à substituição do Gestor do contrato, após a devida designação, o empreiteiro será notificado em conformidade.



16. A delegação no Senhor Presidente da Câmara, André Valente Martins, com a possibilidade de subdelegação, nos termos do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 34.º, n.º 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, CCP, das competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios, necessários ao prosseguimento e conclusão do presente procedimento e execução dos trabalhos objeto do respetivo contrato, nomeadamente:

- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as eventuais retificações, competências previstas no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- A pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelos interessados nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- A decisão de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- A aprovação da minuta de contrato, com a possibilidade de inclusão de ajustamentos que resultem de exigências de interesse público, competências previstas nos artigos 98.º e 99.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- Autorizar a prorrogação do prazo para apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do art.º 85.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Concessão de prazo ao adjudicatário para que se pronuncie por escrito, nos casos em que se verifique a existência de facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do art.º 86.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- A resposta às reclamações da minuta de contrato, competência prevista no art.º 102.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- A possibilidade de inclusão de ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, que resultem de exigências de interesse público, competência prevista no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar a substituição da caução que tenha sido prestada, competência prevista no artigo 294.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Liberar a caução, nos termos previstos no artigo 295.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Acionar a garantia do contrato e, caso aplicável, executar a caução, nos termos previstos nos artigos 296.º, n.º 1 e 397.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar a consignação da obra e suspensão do procedimento de consignação, nos termos dos artigos 355.º a 360.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Suspender a execução das prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos dos artigos 297.º, 365.º e 367.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;



- Ordenar o recomeço da execução das prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do artigo 298.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Dirigir a execução das prestações e respetiva medição dos trabalhos, nos termos dos artigos 302.º, 304.º e 387.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Fiscalizar o modo de execução do contrato, nos termos dos artigos 302.º e 305.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar adiantamentos de preço, nos termos do artigo 292.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Modificar unilateralmente as cláusulas contratuais respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato e modo de execução do contrato, por razões de interesse público, e respetiva formalização, nos termos dos artigos 302.º e 311.º, n.º 1 alínea c) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aplicar sanções por inexecução do contrato, nos termos dos artigos 302.º, 329.º e 403.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Resolver unilateralmente o contrato, nos termos dos artigos 302.º, 333.º, n.º 1, 334.º, n.º 1, art.º 335.º, n.º 1 e 405.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Celebrar acordos endocontratuais, nos termos do artigo 310.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar a cessão da posição contratual do empreiteiro, em fase contratual ou em sede de execução do contrato, nos termos previstos no artigo 318.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar a cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro, nos termos previstos no artigo 318.º-A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar a subcontratação, em fase contratual ou em sede de execução do contrato, nos termos previstos nos artigos 318.º, n.º 3, 319.º, n.º 1 e 385.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar o pagamento direto ao subcontratado, nos termos previstos no artigo 321.º-A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Revogar o contrato, nos termos previstos no artigo 331.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Nomear e Substituir o Diretor de Fiscalização e o Gestor do Contrato, nos termos previstos no artigo 344.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Nomear e substituir o Coordenador de Segurança em obra, nos termos previstos nos artigos 9.º e 17.º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
- Aprovar o DPSS - Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde, nos termos previstos no artigo 362.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;



- Aceitar o plano de trabalhos e suas alterações, bem como, o plano de trabalhos modificado, nos termos dos artigos 361.º, n.º 7, *a contrariu sensu*, e 404.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Autorizar o início dos trabalhos em data diferente da legal e/ou contratualizada, nos termos previstos no artigo 363.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aprovar e ordenar a execução dos trabalhos complementares, nos termos do artigo 370.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Formalizar a execução de trabalhos complementares, nos termos previstos no artigo 375.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aprovar, ordenar e formalizar a execução de trabalhos decorrentes de alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro, nos termos dos artigos 312º e 313º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aprovar a prorrogação do prazo da empreitada, nomeadamente, nos termos previstos nos artigos 297.º, 298.º, 365.º e 374.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aprovar e ordenar a supressão de trabalhos, nos termos previstos no artigo 379.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aprovar o pagamento de indemnização por redução do preço contratual, nos termos previstos no artigo 381.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Homologar os autos correspondentes às matérias delegadas;
- Aprovar e ordenar o pagamento decorrente de pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, nos termos do artigo 354.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Aprovar as Revisões de Preços, provisórias e definitiva, nos termos dos artigos 382.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 6/2004 de 06/01;
- Aprovar as Revisões de Preços, provisórias e definitiva, nos termos dos artigos 382.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, do Decreto-Lei n.º 6/2004 de 06/01;
- Aprovar a Conta Final da empreitada, nos termos previstos no artigo 399.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

A Delegação de competências é feita com fundamento nas disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea f) e artigo 34º nº 1, da Lei nº.75/2013 de 12 de setembro e artigo 109º do CCP.

A despesa tem cabimento na rubrica PPI 2024/1/5, com a seguinte repartição de encargos:

- 2025 - 540.000,00 €
- 2026 - 359.987,70 €
- TOTAL - 899.987,70 €**




Propõe-se ainda a aprovação em Minuta, para efeitos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

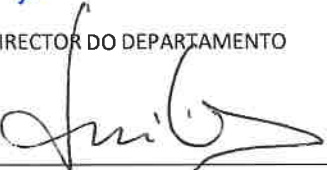
O TÉCNICO



O CHEFE DE DIVISÃO



O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO



O PROPONENTE



APROVADA / REJEITADA por : — Votos Contra; — Abstenções; 17 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75 13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA



O PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
 CONTRIBUINTE N.º 501294104
 PRAÇA DO BOCAGE
 2900-276-SETUBAL

IMPRESSO	PAGINA
2025/06/25	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D0502	cnobrega	2025/06/25	2779	2025

DESCRIÇÃO DA DESPESA
 CP 32A/2024/DOM - CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES - PRAIENSE - PROPOSTA N.º. 26/2025/DOM.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA TIPO DESP: BI28-Outras const.-Instalações desportivas e recreativas-em curso ORGÂNICA : 05 DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS ECONÓMICA: 07010406 Instalações Desportivas e Recreativas PLANO : 2024 I 5 DESPORTO Reabilitação Campo Júlio Tavares - Praiense	DOTAÇÃO DISPONÍVEL 572.900,00 A CABIMENTAR 572.400,00 SALDO APÓS CABIMENTO 500,00
--	--

EXTENSO
 QUINHENTOS E SETENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS EUROS

CABIMENTOS PARA ANOS SEQUINTE				IMPORTÂNCIAS					
CLASSIFICAÇÃO				PLANO					ANOS SEQUINTE
LIN	T. DESPESA	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T. N.º	N + 1	N + 2	N + 3	
1	BI28	05	07010406	2024	I 5	381.586,96			

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2025/06/25

AUTORIZAÇÃO _____ / ____ / ____

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
 CONTRIBUINTE N.º 501294104
 PRAÇA DO BOCAGE
 2900-276-SETUBAL

IMPRESSO	PÁGINA
2025/06/25	1

MOVIMENTO DE ESTORNO

ANO	NUMERO	DATA
2025	1222	2025/06/25

MOTIVO

ESTORNO POR MOTIVO DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR / PROPOSTA 26/2025/DOM.

DIARIO	REFERÊNCIA MOVIMENTO	LANÇ. PATRIMONIAL	LANÇ. ORÇAMENTAL
FAC PROCESSAMENTO DE FACTURAS			72574

TIPO DE ESTORNO	PROP. CABIMENTO			REQUISIÇÃO			FACTURA			IMPORTANCIA ESTORNADA	
	ANO	NUMERO	LN	ANO	NUMERO	LN	ANO	REFERENCIA	NUMERO		TERCEIRO
Proposta de Cabimento	2025	2010	1								572.400,00

EXTENSO
 QUINHENTOS E SETENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS EUROS

TOTAIS	
TOTAL CUSTO.. .. .	572.400,00
TOTAL IVA	
TOTAL	572.400,00

CLASSIFICAÇÃO DOS PLANOS DE CONTAS				TERCEIRO		IMPORTÂNCIAS	
ORG./ECONÓMICA	PLANO	GERAL	ANALITICA	CLASSE	CÓDIGO	DEBITO	CREDITO
05	07010406	2024 I 5					572.400,00

ESTORNO CONFERIDO EM 2025/06/25

CORINA OTYBEL DUARTE DE NOBREGA

PROCESSADO POR COMPUTADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
 CONTRIBUINTE N.º501294104
 PRAÇA DO BOCAGE
 2900-276-SETUBAL

IMPRESSO	PAGINA
2025/05/05	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D0502	cnobrega	2025/05/05	2010	2025

DESCRIÇÃO DA DESPESA
 CP 32/2024/DOM - EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DO CAMPO JÚLIO TAVARES - PRAIENSE". PROPOSTA N.º. 58/2024/DOM.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA TIPO DESP: BI28-Outras const.-Instalações desportivas e recreativas-em curso ORGÂNICA : 05 DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS ECONÓMICA: 07010406 Instalações Desportivas e Recreativas PLANO : 2024 I 5 DESPORTO Reabilitação Campo Júlio Tavares - Praiense	DOTAÇÃO DISPONÍVEL 572.900,00 A CABIMENTAR 572.400,00 SALDO APÓS CABIMENTO 500,00
--	--

EXTENSO
 QUINHENTOS E SETENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS EUROS

CABIMENTOS PARA ANOS SEQUINTE				PLANO	IMPORTÂNCIAS			
CLASSIFICAÇÃO					ANO T N.º	N + 1	N + 2	N + 3
LIN	T. DESPESA	ORGÂNICA	ECONÓMICA					
1	BI28	05	07010406	2024 I 5	381.586,96			

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2025/05/05

AUTORIZAÇÃO _ / _ / _

PROCESSADO POR COMPUTADOR

